



Instituto de Previdência dos Servidores Pub. do Município de São Miguel do Araguaia

Relatório de Investimentos São Miguel do Araguaia - GO (C Junho /2025

Relatório mensal da carteira de ativos contemplando as rentabilidades auferidas pelo São Miguel do Araguaia - GO (C, mediante aplicações nos bancos e instituições financeiras autorizadas na legislação vigente e na política de investimentos do RPPS.



SETE CONFIANÇA
Consultoria de Investimentos



SETE CONFIANÇA

— INVESTIMENTOS —

Sumário

1. CENÁRIO ECONÔMICO	3
1.1 Destaques do mês	3
1.2 Cenário Brasileiro	3
1.3 Cenário Internacional	4
1.4 Bolsa	5
1.5 Projeções	6
1.6 Indicadores Financeiros	6
2. ANÁLISE DA CARTEIRA	7
2.1 Composição da Carteira	7
2.2 Investimentos por Instituição	7
2.3 Carteira x Meta Atuarial	7
Conclusão:	8
2.4 Evolução do Patrimônio (Gráfico)	8
2.5 Evolução do Patrimônio (Tabela)	9
2.6 Análise Comparativa de Fundos	9
2.7 Investimentos/Alocação por Segmento	10
2.8 Análise de Risco	10
2.9 Composição por Indicador	10
3. ENQUADRAMENTO	12
3.1 Enquadramento na Resolução Atual	12
3.2 Enquadramento na Política de Investimentos Atual	12
4. MOVIMENTO DETALHADO	14
Informação detalhada de cada fundo do porfolio de investimentos	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	17

SETE CONFIANÇA
— INVESTIMENTOS —

1. CENÁRIO ECONÔMICO

1.1 Destaques do mês

O cenário econômico de junho de 2025 foi marcado por uma **complexa interação de fatores geopolíticos, políticas monetárias e desafios fiscais em âmbito global e doméstico**. Internacionalmente, observou-se uma redução temporária das tensões geopolíticas, especialmente no Oriente Médio, que trouxe alívio aos mercados. Contudo, a cautela prevalece devido às incertezas relacionadas à política monetária nos Estados Unidos, impulsionada por preocupações com a inflação e a condução das negociações comerciais. A deterioração das contas públicas americanas e o debate fiscal também se destacam como vetores de incerteza.

No Brasil, o mês foi caracterizado por desafios fiscais persistentes, evidenciados pela **crise do IOF e a forte resistência do Congresso à Medida Provisória 1.303/25**, que visava aumentar a arrecadação. Apesar das turbulências fiscais e da desarticulação política, **o mercado financeiro brasileiro demonstrou resiliência**, com aportes significativos de capital estrangeiro, **máximas históricas na B3 e estabilidade cambial**. A política monetária, com a taxa Selic elevada, sinaliza um compromisso do Banco Central com o combate à inflação, embora as projeções de corte de juros se estendam para o próximo ano. O segundo semestre de 2025 é projetado como um período de transição, com desaceleração econômica e intensificação da polarização política.

O IPCA de junho de 2025 registrou alta de **0,24%**, representando uma leve desaceleração em relação aos 0,26% de maio, mas ficando ligeiramente acima das expectativas do mercado. **No acumulado de 12 meses, a inflação atingiu 5,35%**, mantendo-se acima do teto da **meta de 4,50%**. O principal destaque foi a energia **elétrica residencial, que subiu 2,96%** devido à mudança para a bandeira vermelha patamar 1 e reajustes regionais, contribuindo com 0,12 p.p. para o índice e acumulando 6,93% no semestre - a maior variação para um primeiro semestre desde 2018. Em contrapartida, **o grupo Alimentação e bebidas apresentaram a primeira queda em nove meses (-0,18%)**, impulsionada pela redução nos preços de ovos (-6,58%), arroz (-3,23%) e frutas (-2,22%).

No acumulado do mês, no segmento de renda fixa prefixada, observou-se um desempenho robusto de forma geral, impulsionado pela política monetária firme do Banco Central, que **elevou a taxa Selic para 15% ao ano e sinalizou a intenção de mantê-la nesse patamar por um "período bastante prolongado"**, conforme a ata do COPOM, garantindo retornos atrativos. No entanto, a dinâmica da curva de juros brasileira apresentou nuances neste mês: uma pequena abertura nos vértices curtos e um fechamento nos vértices mais longos. Essa movimentação se refletiu nos resultados, com ativos de menor duration, como o IRF-M 1 (1,06% de variação mensal), apresentando um desempenho inferior em comparação aos de maior duration, como o IRF-M 1+ (2,09% de variação mensal), que se beneficiaram do fechamento da ponta longa. A atratividade geral da renda fixa também foi complementada pelo CDI, que rendeu 1,10% no mês.

Os títulos atrelados à inflação foram majoritariamente positivos (IMA-B 5+: 1,86%), mas com alguns resultados mais contidos (IDKA IPCA 2A: 0,25%). Isso se deve às projeções de inflação em queda, com casas de análise revisando estimativas para baixo, reflexo da apreciação cambial e moderação nos preços ao atacado.

A renda variável doméstica teve um mês positivo (**IBOVESPA: 1,33%; DIVIDENDOS: 1,76%**). Essa resiliência, apesar das turbulências fiscais (IOF e MP 1.303/25), foi sustentada por aportes de capital estrangeiro e máximas históricas na B3, indicando percepção de estabilidade cambial e compromisso do BC com a inflação.

Os investimentos no exterior brilharam (**S&P 500: 4,96%; BDRs: 1,55%**), beneficiados pela redução temporária das tensões geopolíticas e pela expectativa de cortes de juros do Federal Reserve, que favoreceu o fluxo para outros mercados e enfraqueceu o dólar.

1.2 Cenário Brasileiro

A economia brasileira em junho de 2025 foi significativamente influenciada pela atual crise do Imposto sobre Operações

Financeiras (IOF), inserida no contexto do novo arcabouço fiscal aprovado em 2023. Este arcabouço estabeleceu metas de resultado primário com o objetivo de proporcionar maior previsibilidade ao crescimento dos gastos e estabilidade à dívida pública. No entanto, a capacidade do governo de cumprir essas metas foi superestimada, levando a uma mudança na meta fiscal em abril de 2024, o que gerou elevada volatilidade no mercado. A proposta de contenção de gastos apresentada no final de 2024 frustrou as expectativas, sendo afetada pela percepção negativa em relação à perda de arrecadação decorrente da reforma do Imposto de Renda.

Em 2025, com o objetivo de zerar o déficit primário, foi anunciada uma contenção de gastos de R\$ 31 bilhões, valor que superou as expectativas e foi percebido como um ajuste positivo. Contudo, a apresentação simultânea de uma Medida Provisória (MP) elevando as alíquotas do IOF provocou forte reação negativa no Congresso e nos setores produtivos. Diante da resistência, o Executivo recuou da proposta inicial e apresentou a MP 1.303/25, que propunha a elevação de impostos sobre instrumentos financeiros isentos, a unificação da alíquota sobre ganhos de capital em 17,5%, e aumentos nas alíquotas de Juros sobre Capital Próprio (JCP), Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) e apostas esportivas.

Em 25 de junho, o Congresso aprovou um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que sustou os efeitos da nova MP, evidenciando um agravamento da desarticulação política. Em resposta, o governo acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) no início de julho, contestando a decisão legislativa. A MP 1.303/2025 continua enfrentando forte resistência e a perspectiva é de que não seja aprovada. A perda de receita estimada com a não aprovação da MP é de aproximadamente R\$ 12 bilhões em 2025, o que obriga o Executivo a considerar uma contenção adicional de R\$ 10 bilhões ainda neste ano. O governo também busca receitas extraordinárias por meio de leilões de áreas do pré-sal, uso do Fundo Social e dividendos de estatais, soluções consideradas paliativas e que não resolvem a fragilidade estrutural. A combinação do aumento das despesas obrigatórias, a perda de arrecadação e o crescimento moderado do PIB amplia o risco de descumprimento das metas do novo arcabouço fiscal em 2026, elevando a probabilidade de uma nova revisão no próximo ano.

Em relação à política monetária, na última reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic para 15% ao ano, adotando um tom firme. A ata da reunião destacou que as medidas subjacentes de inflação permanecem acima da meta por vários meses, as expectativas para horizontes mais longos seguem desancoradas, e o hiato do produto ainda é positivo. Diante desse cenário, o Banco Central reforçou o compromisso de manter a política monetária em território contracionista por um período prolongado.

A economia brasileira deve desacelerar de forma mais perceptível no segundo semestre de 2025, refletindo os efeitos defasados da política monetária, o aumento da incerteza fiscal e a continuidade das dificuldades políticas. A taxa de crescimento prevista para o período é modesta. O impasse em torno da agenda fiscal ainda não foi resolvido, e outras agendas, como a reforma do Imposto de Renda, precedem o calendário eleitoral. A partir do quarto trimestre de 2025, as definições partidárias, federações e candidaturas devem começar a tomar forma, ampliando o nível de incerteza no debate político. A tendência é de um ambiente mais polarizado à medida que o quarto trimestre se aproxima, com impacto direto sobre a articulação legislativa e a condução das políticas econômicas. O segundo semestre de 2025 será uma ponte entre a tentativa de estabilização macroeconômica e os desafios de 2026, ano de eleições presidenciais e governamentais.

1.3 Cenário Internacional

O cenário internacional em junho de 2025 foi marcado por uma redução temporária das tensões geopolíticas. O anúncio de um cessar-fogo, ainda que frágil, entre Irã e Israel, trouxe algum alívio aos mercados, especialmente nas expectativas de curto prazo para os preços do petróleo e a estabilidade regional. Esta trégua contribuiu para reduzir a aversão ao risco, evitando uma busca por dólares e ativos mais seguros, o que manteve o dólar enfraquecido e favoreceu o fluxo para outros mercados.

As questões geopolíticas, no entanto, continuam no radar dos mercados. O acompanhamento dos desdobramentos dos conflitos no Oriente Médio, entre Ucrânia e Rússia, e as tensões entre China e Taiwan, além das declarações dos Estados Unidos em relação a outros países, permanece fundamental. Embora a antecipação dos impactos específicos de cada evento seja praticamente impossível, a observação dos movimentos prévios e dos sinais que antecedem mudanças significativas é crucial. Em resposta a esse novo cenário global, várias nações iniciaram planos para reaquecer suas indústrias bélica e de

infraestrutura, elevando os gastos públicos. A União Europeia, por exemplo, anunciou um pacote de € 800 bilhões voltado à defesa e à segurança do bloco.

Em relação aos Estados Unidos, apesar da inflação estar próxima à meta, o banco central norte-americano (Fed) continua preocupado com os efeitos das novas tarifas comerciais sobre a inflação nos próximos meses. Embora ainda não se reflitam com grande relevância nos índices de preços, essas tarifas já pressionam as cadeias produtivas e tendem a impactar os custos ao longo do segundo semestre. Esse efeito de segunda rodada sobre a inflação deve levar o Fed a adotar uma postura mais cautelosa. Recentemente, diversos membros do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc) sinalizaram a possibilidade de retorno dos cortes de juros. No entanto, o presidente do Fed, Jerome Powell, tem adotado um tom mais cauteloso em suas declarações, buscando evitar ruídos desnecessários nos mercados. A expectativa é que o ciclo de cortes tenha início em dezembro, uma vez que a inflação deve ganhar força na segunda metade do ano. Além disso, a resiliência do mercado de trabalho permite que o banco central evite pressa.

A melhora recente da inflação aumentou a pressão da Casa Branca sobre Jerome Powell para que inicie o ciclo de afrouxamento monetário. A grande incerteza para os próximos meses gira em torno das especulações de que o presidente dos EUA, Donald Trump, poderá anunciar, ainda neste ano, sua indicação para o próximo presidente do Fed, antecipando uma decisão que tradicionalmente ocorre apenas no ano da substituição. O risco reside na interferência política, caso o futuro presidente adote um discurso que pressione publicamente a atual gestão. O mandato atual de Powell termina em maio de 2026, e qualquer sinalização fora do padrão pode aumentar a aversão ao risco dos investidores e influenciar o comportamento dos mercados.

Com relação à guerra comercial, os acordos firmados entre os EUA e outros países, que estabeleceram um período de 90 dias para negociações bilaterais, irão se encerrar em julho e em meados de agosto. Alguns acordos foram firmados com o Reino Unido e o Vietnã, mas foram sinalizadas dificuldades com outros, como o Japão. O presidente dos EUA declarou que não pretende postergar os prazos, pressionando os demais. A possibilidade de adoção de novas tarifas ou a ampliação de barreiras comerciais eleva a incerteza para empresas e investidores, sobretudo em setores sensíveis como tecnologia, semicondutores, siderurgia e agronegócio. O desfecho dessas negociações pode gerar reações imediatas nos mercados financeiros e influenciar diretamente a trajetória da inflação e da atividade econômica no segundo semestre.

Por fim, a aprovação de um novo pacote de estímulos fiscais pelo Congresso reacendeu o debate sobre a trajetória da dívida pública dos EUA. A recente deterioração das contas públicas levou agências de classificação de risco a rebaixarem a nota de crédito do país. O pacote prevê a extensão permanente dos cortes de impostos estabelecidos no Tax Cuts and Jobs Act (2017), além de novas isenções fiscais para gorjetas, horas extras e aposentadorias. Também inclui a elevação do teto da dívida, o aumento dos gastos com defesa e imigração e a redução de despesas em programas sociais, como o Medicaid e os cupons de alimentação. Segundo o Escritório de Orçamento do Congresso (CBO), as medidas podem ampliar o déficit em cerca de US\$ 3,3 trilhões ao longo dos próximos 10 anos. Outros órgãos projetam que a relação dívida/PIB poderá alcançar 130% nesse mesmo período. A elevação dos prêmios de risco nos títulos de longo prazo também reflete a crescente preocupação dos investidores com a capacidade do governo de equilibrar as contas públicas. Em resumo, o debate fiscal, a condução da política monetária e a agenda de negociações comerciais bilaterais devem se consolidar como os principais vetores de incerteza ao longo do segundo semestre.

1.4 Bolsa

Apesar do impasse fiscal no Brasil, os investidores estrangeiros mantiveram os aportes no país. Em 2025, o fluxo de capital externo na B3 somou mais de R\$ 26 bilhões, sendo R\$ 17 bilhões apenas nos últimos 60 dias. O Ibovespa e o IFIX alcançaram suas máximas históricas, enquanto a taxa de câmbio real-dólar se aproximou de R\$ 5,40, patamar não registrado desde setembro de 2024.

O país está bem-posicionado para receber o capital estrangeiro por conta do elevado diferencial de juros a favor do Brasil, do valuation atrativo das empresas, que estão apresentando bons resultados, e da estabilidade cambial observada nas últimas semanas. Outro fator que contribuiu para o bom desempenho dos ativos brasileiros foi o encerramento do ciclo de alta da taxa Selic. Esse movimento tende a aumentar o apetite ao risco e estimular o fluxo de recursos para a renda variável.

No cenário base, projeta-se o início de cortes de juros entre o final do primeiro trimestre de 2026 e o início do segundo trimestre de 2026. No entanto, o mercado costuma antecipar esses movimentos, podendo precificar a redução da Selic antes mesmo de sua implementação. Caso o ambiente permaneça estável, esse fator pode se tornar um importante gatilho para a valorização do Ibovespa.

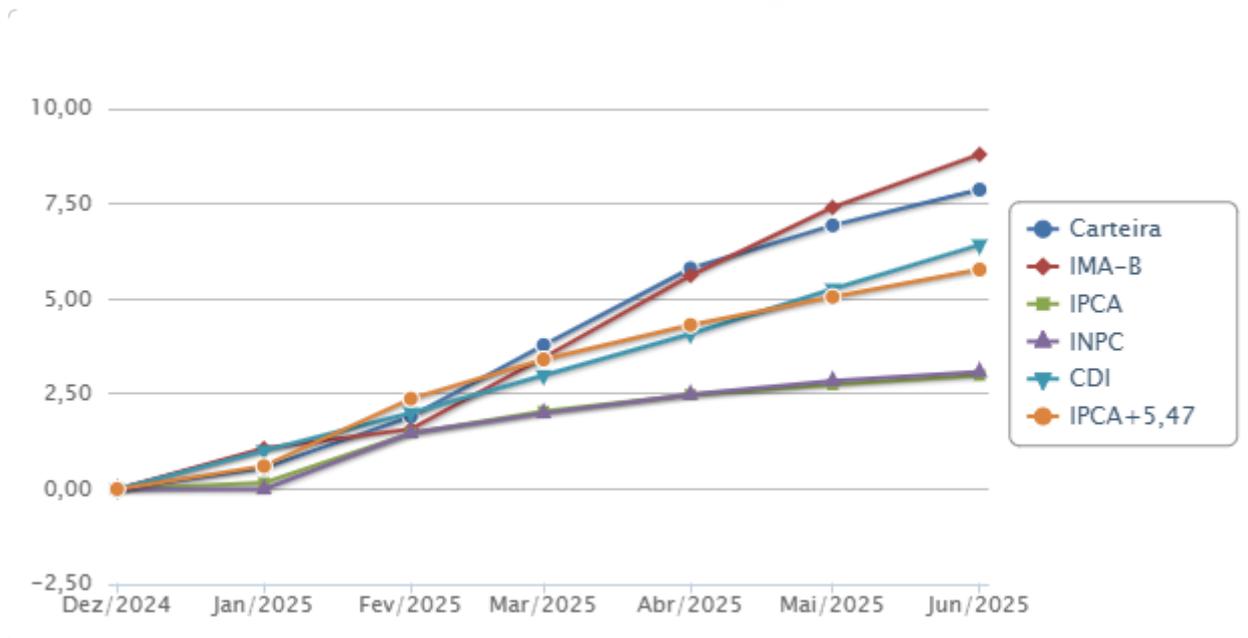
1.5 Projeções

As projeções para os próximos períodos indicam um cenário de transição e cautela. Nos Estados Unidos, a expectativa é de que o ciclo de cortes de juros pelo Fed tenha início em dezembro de 2025, condicionado ao comportamento da inflação na segunda metade do ano. No Brasil, o cenário base projeta o início dos cortes de juros da Selic entre o final do primeiro trimestre de 2026 e o início do segundo trimestre de 2026, embora o mercado possa antecipar essa precificação.

A economia brasileira deve desacelerar de forma mais perceptível no segundo semestre de 2025, com uma taxa de crescimento modesta, reflexo dos efeitos defasados da política monetária, do aumento da incerteza fiscal e da continuidade das dificuldades políticas. O risco de descumprimento das metas do novo arcabouço fiscal em 2026 é elevado, o que pode levar a uma nova revisão já no próximo ano.

No âmbito político, a partir do quarto trimestre de 2025, as definições partidárias, federações e candidaturas devem começar a tomar forma, ampliando o nível de incerteza no debate político. A tendência é que o ambiente se torne mais polarizado à medida que o quarto trimestre se aproxima, com impacto direto sobre a articulação legislativa e a condução das políticas econômicas. O segundo semestre de 2025 é, portanto, uma ponte entre a tentativa de estabilização macroeconômica e os desafios de 2026, ano de eleições presidenciais e governamentais.

1.6 Indicadores Financeiros



2. ANÁLISE DA CARTEIRA

2.1 Composição da Carteira

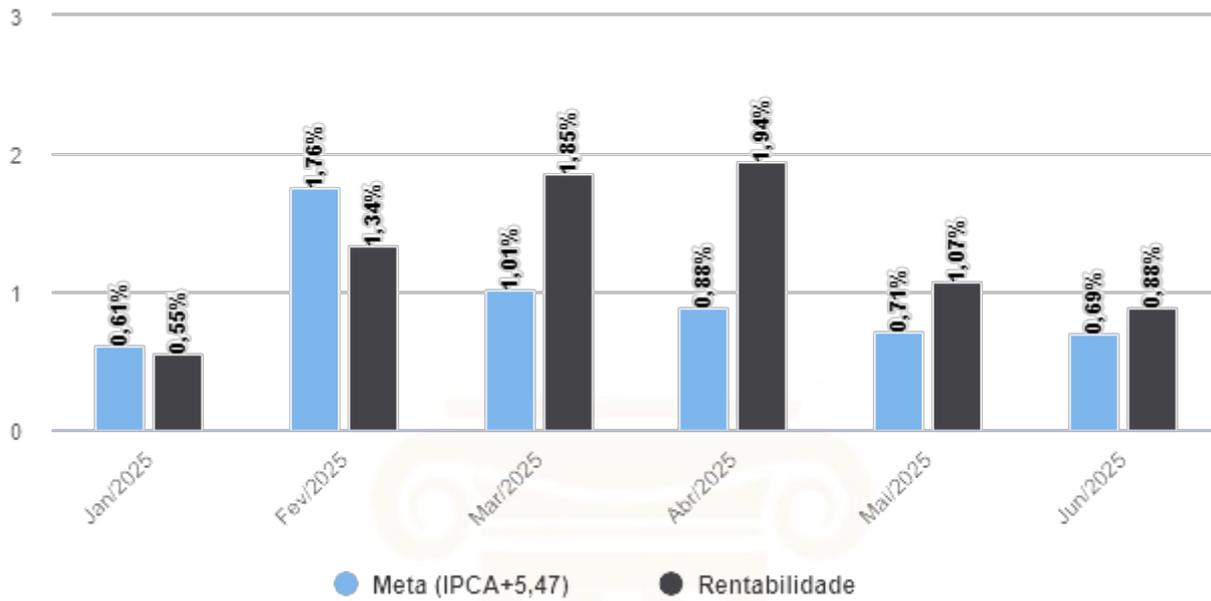
Fundo de Investimento	Saldo em 30/05/2025	Saldo em 30/06/2025	Rentabilidade
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TP RF LP	R\$117,54	R\$117,78	0,20%
CAIXA FIC PRATICO CURTO PRAZO	R\$15.090,19	R\$819.064,11	0,00%
CAIXA FI BRASIL TITULOS PUBLICOS RF	R\$15.796,17	R\$15.971,07	1,11%
CAIXA FI BRASIL DI LONGO PRAZO	R\$161.310,17	R\$163.088,51	1,10%
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FI	R\$244.696,07	R\$243.734,15	0,33%
CAIXA FI BRASIL IRF M 1 TP RF	R\$474.504,90	R\$479.420,19	1,04%
	R\$911.515,04	R\$1.721.395,81	

* Caso o seu RPPS possua Títulos Públicos Federais, os valores apresentados estão de acordo com o extrato enviado pelo custodiante, isentando ao OnFinance o cálculo da rentabilidade apresentada por esses títulos.

2.2 Investimentos por Instituição

Instituição Financeira	Saldo em 30/05/2025	Saldo em 30/06/2025	% alocado na Inst. Fin.	Rentabilidade
Caixa Econômica Federal	R\$911.515,04	R\$1.721.395,81	100,00%	1,11%
	R\$911.515,04	R\$1.721.395,81		

2.3 Carteira x Meta Atuarial



Período	Rentabilidade	Meta	Índice de ref.	Resultado
Junho/2025	0,88%	0,69%	IPCA+5,47	Cumpriu a meta
Mai/2025	1,07%	0,71%	IPCA+5,47	Cumpriu a meta
Abril/2025	1,94%	0,88%	IPCA+5,47	Cumpriu a meta
Março/2025	1,85%	1,01%	IPCA+5,47	Cumpriu a meta

Conclusão:

Neste período, o valor da Taxa de Meta Atuarial, referente ao IPCA+5,47, foi de 0,6859% e o São Miguel do Araguaia - GO (C atingiu o percentual de 0,8780% de rentabilidade em seus investimentos, conseguindo cumprir a meta (teórica) necessária.

O percentuais mensais de referência, apresentado pelo sistema, são para simples balizamento aos gestores para que entendam se estão ajustados com as metas à serem buscadas. O real número a ser comparado é o referente à TAXA ANUAL (*benchmark*), aí sim, único indicador imutável que poderá ser comparado com a rentabilidade alcançada da carteira.

2.4 Evolução do Patrimônio (Gráfico)

(K - Mil, M - Milhões)



2.5 Evolução do Patrimônio (Tabela)

Mes / Ano	Saldo	Dif. %
Junho/2025	R\$1.721.395,81	88,85%
Maio/2025	R\$911.515,04	-11,99%
Abril/2025	R\$1.035.679,13	-17,90%
Março/2025	R\$1.261.420,39	-16,80%
Fevereiro/2025	R\$1.516.105,93	-13,79%
Janeiro/2025	R\$1.758.545,90	2,71%
Dezembro/2024	R\$1.712.184,53	

2.6 Análise Comparativa de Fundos

Fundo de Investimento	Mês	Ano	6 meses	12 meses	PL Médio 12 meses	Início	Tx Adm	Tx Perf	Aplic Mín
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TP RF LP	0,20%	5,56%	5,62%	8,10%	R\$3.853.432.432,71	16/08/2012	0,20%	0,00%	R\$1.000,00
CAIXA FI BRASIL DI LONGO PRAZO	1,10%	6,54%	6,59%	12,27%	R\$20.355.088.979,94	05/07/2006	0,20%	0,00%	R\$1.000,00
CAIXA FI BRASIL IRF M 1 TP RF	1,04%	6,74%	6,79%	11,70%	R\$8.402.030.830,25	28/05/2010	0,20%	0,00%	R\$1.000,00
CAIXA FI BRASIL TITULOS PUBLICOS RF	1,11%	6,40%	6,45%	12,09%	R\$11.444.733.681,75	10/02/2006	0,20%	0,00%	R\$1.000,00
CAIXA FIC PRATICO CURTO PRAZO	0,90%	5,15%	5,19%	9,51%	R\$11.237.609.835,56	02/10/1995	1,70%	0,00%	R\$100,00
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FI	0,33%	9,67%		-0,25%	R\$54.115.560,02	22/11/2013	1,20%	0,00%	R\$1.000,00

2.7 Investimentos/Alocação por Segmento

Segmento	Saldo em 30/05/2025	Saldo em 30/06/2025	% alocado no segmento	Rentabilidade
Renda Fixa	R\$505.508,80	R\$1.314.573,15	76,37%	1,00%
Renda Variável	R\$244.696,07	R\$243.734,15	14,16%	0,33%
Renda Fixa Referenciado	R\$161.310,17	R\$163.088,51	9,47%	1,10%
	R\$911.515,04	R\$1.721.395,81		

2.8 Análise de Risco

Mercado: O valor dos ativos que compõem a carteira de investimentos do fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com flutuações de preços e cotações de mercado, mudanças no cenário político e econômico, alterações nas taxas de juros e, ainda, com os resultados das empresas emittentes de valores mobiliários (ações, debêntures, notas promissórias, entre outros).

Volatilidade: Volatilidade é o nome que se dá ao Desvio Padrão dos retornos de um ativo. Dessa forma, a Volatilidade mede o quanto os retornos diários se afastam do retorno médio do período analisado. Assim sendo, uma Volatilidade alta representa maior risco, visto que os preços dos ativos tendem a se afastar mais de seu valor médio.

Fundo de Investimento	Tipo Ativo	Volatilidade	Data Base
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TP RF LP	Renda Fixa	2,443342	30/06/2025
CAIXA FI BRASIL DI LONGO PRAZO	Renda Fixa Referenciado	3,280493	30/06/2025
CAIXA FI BRASIL TITULOS PUBLICOS RF	Renda Fixa	7,955747	30/06/2025
CAIXA FI BRASIL IRF M 1 TP RF	Renda Fixa	9,005762	30/06/2025
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FI	Renda Variável	12,101933	30/06/2025
CAIXA FIC PRATICO CURTO PRAZO	Renda Fixa	19,082624	30/06/2025

Índice Sharpe: Quantifica a relação entre a Volatilidade da Carteira e seu retorno excedente a um ativo livre de risco, nesse caso o CDI. Assim, esse indicador aponta o percentual de rentabilidade que a Carteira teve acima do CDI devido a sua maior exposição ao risco. Logo, quanto maior o Sharpe, melhor o desempenho da Carteira, enquanto valores negativos, significam que o CDI superou a rentabilidade da Carteira no Período.

2.9 Composição por Indicador

Indicador	Saldo em 30/05/2025	Particip.	Saldo em 30/06/2025	Particip.
OUTROS	R\$244.696,07	54,93%	R\$243.734,15	19,33%
IRF-M 1	R\$474.504,90	106,52%	R\$479.420,19	38,03%
CDI	R\$192.196,53	43,15%	R\$998.123,69	79,17%
IDKA IPCA 2A	R\$117,54	0,03%	R\$117,78	0,01%
	R\$911.515,04		R\$1.721.395,81	



SETE CONFIANÇA
— INVESTIMENTOS —

3. ENQUADRAMENTO

3.1 Enquadramento na Resolução Atual

Caso seja Pró-Gestão, o sistema apresentará os limites já ajustados

Artigo/Fundo	Percent. Autorizado	Percent. Alocado	Total	Enquadrado Resolução	Enq. art.18	Enq. art.19
Art. 7º, Inciso I, "b" - FI referenciado com 100% em Tít. Pub	100,00%	28,79%	R\$495.509,04			
- CAIXA FI BRASIL TIT PUBL	100,00%	0,93%	R\$15.971,07	Sim	Sim	Sim
- CAIXA FI BRASIL IRF M 1 TP RF	100,00%	27,85%	R\$479.420,19	Sim	Sim	Sim
- CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A RF	100,00%	0,01%	R\$117,78	Sim	Sim	Sim
Art. 7º, Inciso III, "a" - 60% em FI Renda Fixa	60,00%	57,06%	R\$982.152,62			
- CAIXA FI BRASIL DI LP	60,00%	9,47%	R\$163.088,51	Sim	Sim	Sim
- CAIXA FIC PRATICO CURTO PRAZO	60,00%	47,58%	R\$819.064,11	Sim	Não	Sim
Art. 11º, 5% FI Imobiliário	5,00%	14,16%	R\$243.734,15			
- CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FII	5,00%	14,16%	R\$243.734,15	Não	Sim	Sim
			R\$1.721.395,81			

O Enquadramento no Artigo 18 da resol. CVM define que um RPPS não pode concentrar mais do que 20% dos recursos em um mesmo fundo (exceto se o fundo for 100% títulos públicos).

O Enquadramento no Artigo 19 da resol. CVM define que um RPPS não pode possuir mais de 15% do PL do fundo investido.

3.2 Enquadramento na Política de Investimentos Atual

Artigo/Fundo	Mínimo	Máximo	Alvo	Alocado
Art. 7º, Inciso I, "a" - Títulos do Tesouro Nacional	0,00%	100,00%	10,00%	0,00%
Art. 7º, Inciso I, "b" - FI referenciado com 100% em Tít. Pub	10,00%	100,00%	34,00%	28,79%
- CAIXA FI BRASIL TITULOS PUBLICOS RF	0,00%	0,00%	0,00%	0,93%
- CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TP RF LP	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%
- CAIXA FI BRASIL IRF M 1 TP RF	0,00%	0,00%	0,00%	1,38%
Art. 7º, Inciso I, "c" - FI em índice com 100% em Tít. Pub	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 7º, Inciso II - 5% de Operações Compromissadas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 7º, Inciso III, "a" - 60% em FI Renda Fixa	0,00%	60,00%	42,50%	57,06%

Artigo/Fundo	Mínimo	Máximo	Alvo	Alocado
- CAIXA FIC PRATICO CURTO PRAZO	0,00%	0,00%	0,00%	47,29%
- CAIXA FI BRASIL DI LONGO PRAZO	0,00%	0,00%	0,00%	9,47%
Art. 7º, Inciso III, "b" - 60% ETF/FI em índice ref., neg BOLSA	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 7º, Inciso IV, 20% Ativos Fin. RF de emissão com obrigação ou Coobrigação	0,00%	20,00%	1,00%	0,00%
Art. 7º, Inciso V, "a" - 5% em FIDC Cota Sênior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 7º, Inciso V, "b" - 5% FI em RF crédito privado	0,00%	5,00%	1,25%	0,00%
Art. 7º, Inciso V, "c" - 5% FI com 85% em debêntures	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 8º, Inciso I - 30% FI Ações, ref. cond. aberto	0,00%	20,00%	1,00%	0,00%
Art. 8º, Inciso II - 30% ETF/FI Ações em índices, ref.	0,00%	20,00%	1,00%	0,00%
Art. 9º, Inciso I - Fundo de Renda Fixa - Dívida Externa	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 9º, Inciso II - FI - Sufixo Investimento no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 9º, Inciso III - FI em Ações BDR Nível 1	0,00%	20,00%	1,50%	0,00%
Art. 10º, Inciso I - 10% FI Multimercado, Cond. Aberto	0,00%	10,00%	3,75%	0,00%
Art. 10º, Inciso II - 5% FI em Participações, Cond. Fechado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 10º, Inciso III - 5% FI Ações - Mercado de Acesso	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 11º, 5% FI Imobiliário	0,00%	5,00%	3,00%	14,16%
- CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FI	0,00%	0,00%	0,00%	14,16%
Art. 12º, Inciso I - 5% Empréstimo Consignado, sem nível governança	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 12º, Inciso II - 10% Empréstimo Consignado, com nível governança	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fundo Desenquadrado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

4. MOVIMENTO DETALHADO

Informação detalhada de cada fundo do porfolio de investimentos



Tipo: Renda Fixa

Enquadramento: Art. 7º, Inciso I, "b" - FI referenciado com 100% em Tít. Pub

Cotas em 30/05/2025: 15.169,469040

Lançamentos:

Saldo financeiro: R\$ 15.796,17

% da carteira: 3,55

nenhum registro

Cotas em 30/06/2025: 15.169,469040

Rentabilidade no período: 1,11%

Saldo financeiro: R\$ 15.971,07

% da carteira: 1,27



Tipo: Renda Fixa Referenciado

Enquadramento: Art. 7º, Inciso III, "a" - 60% em FI Renda Fixa

Cotas em 30/05/2025: 27.608,059790

Lançamentos:

Saldo financeiro: R\$ 161.310,17

% da carteira: 36,21

nenhum registro

Cotas em 30/06/2025: 27.608,059790

Rentabilidade no período: 1,10%

Saldo financeiro: R\$ 163.088,51

% da carteira: 12,94



Tipo: Renda Fixa

Enquadramento: Art. 7º, Inciso I, "b" - FI referenciado com 100% em Tít. Pub

Cotas em 30/05/2025: 703.219,535011

Lançamentos:

Saldo financeiro: R\$ 23.542,41

% da carteira: 5,28

nenhum registro

Cotas em 30/06/2025: 703.219,535011

Rentabilidade no período: 1,04%

Saldo financeiro: R\$ 23.786,28

% da carteira: 1,89



Caixa Econômica Federal
CAIXA FIC PRATICO CURTO PRAZO
CNPJ: 00.834.074/0001-23

Tipo: Renda Fixa

Enquadramento: Art. 7º, Inciso III, "a" - 60% em FI Renda Fixa

Cotas em 30/05/2025: 101.732,006522

Saldo financeiro: R\$ 0,00

Lançamentos:

% da carteira: 0,00

30/05/2025	Venda	148,956958	cotas	R\$1.243,64
03/06/2025	Venda	658,180368	cotas	R\$5.500,00
09/06/2025	Compra	6.934,318315	cotas	R\$58.048,51
12/06/2025	Venda	345,961856	cotas	R\$2.900,00
13/06/2025	Venda	787,009854	cotas	R\$6.600,00
20/06/2025	Venda	3.877,492621	cotas	R\$32.574,80
23/06/2025	Venda	1.098,131675	cotas	R\$9.229,52
24/06/2025	Venda	434,227066	cotas	R\$3.651,22
26/06/2025	Venda	950,547075	cotas	R\$8.000,00
30/06/2025	Compra	96.640,075062	cotas	R\$814.092,32

Cotas em 30/06/2025: 25.378,410020

Saldo financeiro: R\$ 814.092,32

Rentabilidade no período: 0,00%

% da carteira: 64,57



Caixa Econômica Federal
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TP RF LP
CNPJ: 14.386.926/0001-71

Tipo: Renda Fixa

Enquadramento: Art. 7º, Inciso I, "b" - FI referenciado com 100% em Tít. Pub

Cotas em 30/05/2025: 34,569421

Saldo financeiro: R\$ 117,54

Lançamentos:

% da carteira: 0,03

nenhum registro

Cotas em 30/06/2025: 34,569421

Saldo financeiro: R\$ 117,78

Rentabilidade no período: 0,20%

% da carteira: 0,01



Caixa Econômica Federal
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FI
CNPJ: 17.098.794/0001-70

Tipo: Renda Variável

Enquadramento: Art. 11º, 5% FI Imobiliário

Cotas em 30/05/2025: 15.000,000000

Saldo financeiro: R\$ 244.696,07

Lançamentos:

% da carteira: 54,93

11/06/2025	Amortização	3.000,000000	cotas	R\$1.770,00
------------	-------------	--------------	-------	-------------

Cotas em 30/06/2025: 15.000,000000

Saldo financeiro: R\$ 243.734,15

Rentabilidade no período: 0,33%

% da carteira: 19,33



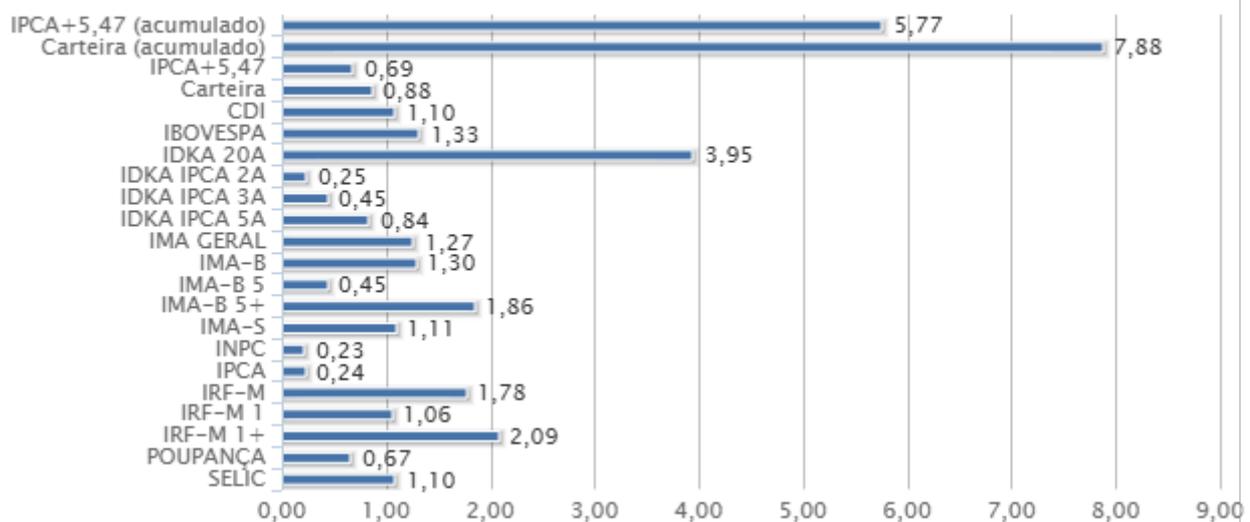
SETE CONFIANÇA
— INVESTIMENTOS —

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório de cenário econômico para junho de 2025 destaca um panorama global de alívio temporário das tensões geopolíticas, mas com persistentes incertezas relacionadas à política monetária do Fed e ao debate fiscal nos EUA, que podem impactar a inflação e a atividade econômica no segundo semestre. No Brasil, a gestão fiscal enfrenta desafios significativos, com a rejeição da MP 1.303/25 pelo Congresso e a necessidade de contenção de gastos adicionais, o que agrava a desarticulação política e eleva o risco de descumprimento das metas fiscais em 2026. Apesar dessas turbulências, o mercado financeiro brasileiro demonstrou resiliência, atraindo capital estrangeiro e registrando máximas históricas na B3, impulsionado pelo diferencial de juros e o fim do ciclo de alta da Selic. A política monetária do Banco Central mantém um tom contracionista, com projeções de cortes de juros apenas para 2026. O segundo semestre de 2025 é projetado como um período de desaceleração econômica no Brasil e de intensificação da polarização política, exigindo cautela na tomada de decisões e na observação das sinalizações das autoridades.

O cálculo da TMA (representada pelo IPCA+5,47 a.a.) foi de 0,69%, porém o São Miguel do Araguaia - GO (C obteve uma rentabilidade agregada de sua carteira de 0,88%, conseguindo cumprir a meta necessária.

Rentabilidade dos indicadores e da Carteira



Resumo dos principais indicadores

Na situação financeira, o São Miguel do Araguaia - GO (C obteve rendimento de R\$ 9.581,64 neste mês, e teve ainda uma sobra de capital previdenciário no valor de R\$ 803.685,29, sobra esta já investida no mercado financeiro. No ano a rentabilidade da carteira está acumulada em R\$ 95.498,11. O saldo em conta corrente foi de R\$ 8.939,61.

A travessia do segundo semestre de 2025 exigirá cautela e atenção redobrada à condução da política econômica e à sinalização das autoridades. O período é de transição, marcado por desafios fiscais e monetários tanto no cenário internacional quanto no doméstico. A forma como governos e bancos centrais enfrentarem as tensões fiscais e monetárias poderá definir não apenas o ritmo de crescimento em 2026, mas também a confiança dos agentes econômicos ao longo dos próximos trimestres. Em momentos de incerteza, abrem-se janelas de oportunidades para os investimentos, desde que a análise e a disciplina sejam mantidas.

Reiter Ferreira Peixoto

Reiter Ferreira Peixoto
Consultor de Valores Mobiliários - Credenciado pela CVM



SETE CONFIANÇA
— INVESTIMENTOS —